



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Termo de Fomento n.º SETADES/119/2024
Processo Administrativo n.º2024-1R0V7

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A/O (ABRIGO À VELHICE DESAMPARADA AUTA LOUREIRO MACHADO - AVEDALMA, TENDO POR OBJETO COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA PARA CONTINUIDADE DA OFERTA DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS, DESENVOLVIDO PELO AVEDALMA, POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE DESPESAS DE CUSTEIO, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do(a) **SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, inscrito(a) no CNPJ sob nº 03.252.312/0001-80, com sede na Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada pelo(a) Secretária de Estado, a Sra. **CYNTIA FIGUEIRA GRILLO**, e a (o) **ABRIGO À VELHICE DESAMPARADA AUTA LOUREIRO MACHADO – AVEDALMA**, inscrito no CNPJ sob nº. 27.400.928/0001-10, com sede à Rua João Rodrigues Filho, Nº 425 CEP: 29.156-035, Bairro Cariacica Sede – Cariacica/ES, doravante denominada(o) **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pelo presidente Sr. **JOÃO BATISTA BRAGANÇA**, portador da CI nº [REDACTED] órgão expedidor [REDACTED] e inscrito no CPF sob o nº. [REDACTED] resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº 2024-1R0V7 e mediante as cláusulas e condições seguintes:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento tem por objeto cooperação técnica e financeira para continuidade da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para idosos, desenvolvido pelo AVEDALMA, por meio da aquisição de despesas de custeio, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;
- l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 60.015,41 (sessenta mil, quinze reais e quarenta e um centavos).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 47.901.08.244.0191.2239, UG 470901, Gestão 47901, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 500 ED: 3.3.50.43 - R\$ 60.000,00

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Fomento, a título de contrapartida, recursos próprios no importe de R\$ 15,41 (quinze reais e quarenta e um centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.5 – As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

4.6 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 30/11/2025, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do(a) gestor (a), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

7.5 – A execução física do objeto será acompanhada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por intermédio da Subsecretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SUBADES, observado o disposto no artigo 59 da Lei nº 13.019/2014, ficando, desde já, designados por meio do Resumo do Termo de Fomento os gestores e suplentes que exercerão suas atribuições em conformidade com o artigo 61 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, ___ de _____ de 2024.

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

JOÃO BATISTA BRAGANÇA

Abrigo à Velhice Desamparada Auta Loureiro Machado - AVEDALMA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 16/12/2024 15:36:14 -03:00

JOÃO BATISTA BRAGANÇA
CIDADÃO
assinado em 16/12/2024 15:35:53 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 16/12/2024 15:36:14 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por GREGORE GOMES DE BARROS (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-5PD1B1>



ABRIGO À VELHICE DESAMPARADA "AUTA LOUREIRO MACHADO"
Rua João Rodrigues Filho, nº 1408 – Sede Cariacica – CEP: 29156-035
TELEFONE: (27) 3254-1449 TELEFAX: (27) 3254-2777
E-MAIL: avedalma1960@gmail.com

PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social		CNPJ 03.252.312/0001-80
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower		
Bairro Barro Vermelho	Cidade Vitória	CEP 29.057-530
E-mail da Instituição convenios@setades.es.gov.br		Sítio eletrônico https://setades.es.gov.br/
Telefone 1 (27) 3636-6810	Telefone 2 (27) 3636-6807	Telefone 3 (27) 3636-6806

2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome AVEDALMA - Abrigo à Velhice Desamparada Auta Loureiro Machado		CNPJ 27.400.928/0001-10
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua João Rodrigues Filho, 1408		
Bairro Cariacica Sede	Cidade Cariacica ES	CEP 29.156-035
E-mail da Instituição avedalma1960@gmail.com		Sítio eletrônico de divulgação da parceria @avedalma1960 e Facebook
Local físico de divulgação da parceria Mural de recados e informações da Instituição		
Telefone 1 (27) 3254-1449	Telefone 2 (27) 3254-2777	Telefone 3 (27) 98817-5705

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome João Batista Bragança		CPF: [REDACTED]	
Nº RG [REDACTED]	Órgão Expedidor [REDACTED]	Cargo na OSC Presidente	Mandato vigente até 31/12/2024
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) [REDACTED]			
Bairro [REDACTED]	Cidade Vitória ES	CEP [REDACTED]	
Telefone 1 [REDACTED]	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()	

4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome Jessica Dias Santos Lourenço		
Área de Formação Assistente Social		Nº do Registro no Conselho Profissional 08671 17ª Região CRESS
Bairro [REDACTED]	Cidade Cariacica ES	CEP [REDACTED]
E-mail do Técnico [REDACTED]		
Telefone do Técnico 1 [REDACTED]		Telefone do Técnico 2 [REDACTED]



ABRIGO À VELHICE DESAMPARADA “AUTA LOUREIRO MACHADO”
Rua João Rodrigues Filho, nº 1408 – Sede Cariacica – CEP: 29156-035
TELEFONE: (27) 3254-1449 TELEFAX: (27) 3254-2777
E-MAIL: avedalma1960@gmail.com

5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

5.1 Breve histórico e finalidade da OSC:

O AVEDALMA, sigla que nomeia o Abrigo à Velhice Desamparada “Auta Loureiro Machado”, é uma Associação Filantrópica, sem fins lucrativos, apolítica, destinada a abrigar idosos desamparados, de ambos os sexos, de qualquer religião, raça ou nacionalidade.

O cenário de idosos abandonados, vivendo nas ruas em troca de comida e mantimentos doados, sem nenhuma expectativa de melhora de vida e sem esperanças, motivou um grupo de senhores e senhoras a fundarem uma casa de apoio a este público. A iniciativa partiu de Willis Dias de Miranda Cunha acompanhado por Hugo Antônio da Silva e outros.

Assim, o Abrigo à Velhice Desamparada “Auta Loureiro Machado” - AVEDALMA foi fundado em 25 de setembro de 1960, em homenagem a senhora também conhecida como “Dona Mocinha”, pessoa muito caridosa e dedicada às causas dos mais carentes.

Em fevereiro de 1961, foram abrigados nove idosos (05 mulheres e 04 homens), em Retiro Saudoso, que serviu de sede ao Avedalma por 11 anos. No ano de 1972, a sede da entidade foi transferida para Cariacica-sede, em local denominado “Chácara Nova Aurora”, sendo os idosos abrigados em galpões.

Atualmente, o AVEDALMA abriga 70 Idosos que recebem alimentação e tratamento médico adequados ao estado de saúde de cada um. Desde a fundação da Instituição, até o presente momento, o trabalho voluntário é a base de sua sustentação e de seu crescimento. A Diretoria é toda composta de voluntários que auxiliam a administrar a Instituição que conta, também, com muitos funcionários.

5.2 Serviços e Programas Socioassistenciais ofertado pela entidade:

O Avedalma atende idosos com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos, bem como, com direitos violados e em situação de vulnerabilidade social, a fim de garantir proteção integral. A Instituição proporciona aos idosos residentes o maior conforto possível e tenta se aproximar ao máximo de características residenciais, abrigando-os em casas lares, adaptadas com barras, rampas e apresentam ótima higiene e segurança.

O objetivo maior da Instituição é amparar àqueles que estão cada vez mais à margem de nossa sociedade, com rompimento de vínculos familiares, direitos violados, ou que a família por questões físicas, emocionais ou financeiras, não tenha condições de prover o amparo ao idoso em suas necessidades.

Trabalhos essenciais do serviço: Acolhida/Recepção; escuta; desenvolvimento e estímulo do convívio familiar, grupal e social; estudo social; apoio à família na sua função protetiva; cuidados pessoais; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais com resolutividade; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referência e contra referência; elaboração de relatórios e/ou prontuários; trabalho interdisciplinar; diagnóstico socioeconômico; informação, comunicação e defesa de direitos; orientação para acesso a documentação pessoal; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de



ABRIGO À VELHICE DESAMPARADA "AUTA LOUREIRO MACHADO"
Rua João Rodrigues Filho, nº 1408 – Sede Cariacica – CEP: 29156-035
TELEFONE: (27) 3254-1449 TELEFAX: (27) 3254-2777
E-MAIL: avedalma1960@gmail.com

Garantia de Direitos; monitoramento e avaliação do serviço; organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre organizações governamentais e não governamentais e sobre o Sistema de Garantia de Direitos.

5.3. Caracterização do Serviço Socioassistencial:

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o serviço executado pela instituição é classificado como Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos através da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A natureza do acolhimento é prevista para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos provisoriamente e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares.

Assegurando a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência de forma contínua, bem como o acesso às atividades culturais, lúdicas e de lazer na comunidade.

5.4. Perfil do Público Beneficiário da Entidade:

São atendidos idosos de qualquer religião, raça/etnia, cultura, diversos arranjos familiares, gênero e orientação sexual.

5.5. Capacidade de Atendimento:

A instituição possui a capacidade de abrigar 70 (setenta) idosos, através de 6 "Casas-Lares" compostas por quatro quartos, dois banheiros, sala, cozinha e dispensa, sendo que em cada quarto são instalados dois residentes.

5.6. Metodologia de Trabalho:

Todas as terças e quintas de 08:00 as 16:00 os voluntários no CENTRO DE CONVIVÊNCIA – Realizam Atividades em 06 eixos: Atividades Físicas (dança, relaxamento e caminhada), Educativas (jogos de mesa e palestras), Culturais (teatro, contação de história, origami e biblioteca), Manuais (enfeites de festas e pinturas), Temáticas (cine Avedalma e sarau literário) e Complementares (navegação na Internet) e Oficina de Fotografia, trabalhando o raciocínio, a memória, a criatividade, a coordenação motora, a socialização, a ajuda mútua e a autoestima. Abrange também as comemorações bimestrais dos aniversários dos idosos.

A Equipe Técnica de referência incumbe desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade e em conformidade com a Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso, Políticas Socioassistenciais e demais legislações vigentes.

A porta de entrada para o serviço se dá através de demanda encaminhada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Prefeitura Municipal de Cariacica e Ministério Público. Sempre que há demanda a Equipe da instituição agenda reuniões com as equipes do CREAS para possível admissão de idosos que possuam perfil para serem acolhidos.

No período que antecedeu a Pandemia do COVID 19, os idosos frequentavam o Serviço de Convivência do CRAS de Campo Verde onde participavam junto com a comunidade dos serviços ofertados. Foram realizadas atividades diversas como jogos, atividades físicas, artesanatos e com fins educativas sobre temas importantes como Estatuto do Idoso e Junho



ABRIGO À VELHICE DESAMPARADA “AUTA LOUREIRO MACHADO”
Rua João Rodrigues Filho, nº 1408 – Sede Cariacica – CEP: 29156-035
TELEFONE: (27) 3254-1449 TELEFAX: (27) 3254-2777
E-MAIL: avedalma1960@gmail.com

Violeta mobilizando a comunidade sobre a temática do Dia Mundial da Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa.

O CRAS de referência atende também as demandas referentes a Auxílio-Funeral, cadastro e atualização do CadÚnico dos residentes, pretendemos reestabelecer esse vínculo com o Serviço levando os idosos até o CRAS. Os profissionais do AVEDALMA também participam do COMDIC e COMASC, Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Cariacica e Conselho Municipal de Assistência Social de Cariacica.

O planejamento e organização das atividades é realizado pela equipe técnica e administrativa da entidade. As oficinas são desenvolvidas por instrutores e educador social, com a participação do técnico de referência (assistente social, psicólogo, coordenadora), sempre que necessário. Temos também o Projeto de Intercâmbio onde são realizados passeios que promovem a cultura e lazer em parques, praias, cachoeiras, cinema, teatro etc.

6. SÍNTESE DA PROPOSTA

6.1. Objeto

Cooperação técnica e financeira para continuidade da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para idosos, desenvolvido pelo AVEDALMA, por meio da aquisição de despesas de custeio.

6.2. Objetivo geral

Assegurar a continuidade do acolhimento institucional de idosos em condições de vulnerabilidade social, praticado pelo AVEDALMA há 64 anos.

6.3. Objetivos específicos

- Oferecer uma alimentação adequada, voltada para a saúde dos idosos acolhidos.
- Garantir a segurança de um atendimento de excelência aos idosos assistidos.
- Assegurar o funcionamento da Instituição conforme a Legislação preconiza.

6.4. Público beneficiário da proposta

70 idosos (vulnerabilidade social) abrigados com idade superior a 60 anos e de ambos os sexos permanentemente no Avedalma.



ABRIGO À VELHICE DESAMPARADA “AUTA LOUREIRO MACHADO”
Rua João Rodrigues Filho, nº 1408 – Sede Cariacica – CEP: 29156-035
TELEFONE: (27) 3254-1449 TELEFAX: (27) 3254-2777
E-MAIL: avedalma1960@gmail.com

6.5. Justificativa

O custeio do Avedalma é objeto de enorme preocupação e constante esforço de sua diretoria executiva. A Instituição, definida como Casa-Lar para idosos atua na execução do Serviço de Acolhimento Institucional e atualmente, atende 70 idosos.

Assim, 48 idosos autônomos são abrigados em Casas-Lares e outros 22 dependentes (grau II e III) são abrigados em um Setor de Alta Dependência. Em cada Casa-Lar (total de 6) residem 8 idosos servidos por 1 cuidador. No Setor de Alta Dependência para atender os 22 idosos, existe uma equipe de funcionários assim qualificados: 1 enfermeiro de nível superior, 6 técnicos de enfermagem e 3 cuidadores. Esses funcionários trabalham por escala e o turno da noite e do dia fica sempre coberto. No total, são 48 funcionários.

A Instituição busca realizar um serviço de excelência para que os idosos tenham uma vida tranquila e digna, suprimindo não apenas as necessidades básicas de cada residente, mas dando-lhes todas as condições de cidadania. Devido às dificuldades encontradas na manutenção dessa finalidade e como não possui condições financeiras próprias para atender todas as demandas, justifica-se a necessidade de buscar a parceria de Órgãos e Entidades que venham a contribuir, total ou parcialmente, para a manutenção da Instituição permitindo a manutenção/melhoria na qualidade de vida dos idosos abrigados no Avedalma.

O recurso é proveniente das Emendas Parlamentar Estadual nº 0494 de autoria do Deputado Estadual José Esmeraldo e nº 1307 do Deputado Estadual Danilo Bahiense e será utilizado para aquisição de gênero alimentício (carne) contribuindo com a manutenção da Segurança Alimentar dos idosos abrigados.

6.6. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal
João Batista Bragança	Eng. Agrônomo	Presidente	Voluntário
Rogério Barbosa Fagundes	-	Supervisor	44
Ester do Nascimento Santos	Nutrição	Nutricionista	30
Jessica Dias Santos Lourenço	Serviço Social	Assistente Social	30
Thiago dos Santos Peterle	Psicologia	Psicólogo	40
Vanessa Escalfoni Marinho	Serviço Social	Coordenadora	40

Função	Quantidade	Carga horária semanal
Auxiliar de Serviços Gerais	25	12x36
Auxiliar de Serviços Gerais	02	44
Cozinheira I	04	12x36
Cozinheira II	02	12x36
Enfermeira	01	30
Fisioterapeuta	01	30
Motorista	01	44
Secretário	01	44
Supervisor de Manutenção	01	44
Técnicos de Enfermagem	06	12x36



ABRIGO À VELHICE DESAMPARADA “AUTA LOUREIRO MACHADO”
Rua João Rodrigues Filho, nº 1408 – Sede Cariacica – CEP: 29156-035
TELEFONE: (27) 3254-1449 TELEFAX: (27) 3254-2777
E-MAIL: avedalma1960@gmail.com

6.7. Metodologia para avaliação do grau de satisfação do usuário

Para aferir o grau de satisfação dos usuários, a entidade realizará uma pesquisa de opinião com os residentes durante o período de execução do objeto, por meio de questionário simplificado. O questionário será elaborado e aplicado pela área técnica social, que será também responsável pela tabulação e descrição dos dados e informações para apresentação no momento da prestação de contas.

6.8. Sustentabilidade da proposta

A entidade presta serviço no território e trabalha a captação de recursos para sua manutenção e ampliação. Os recursos para continuidade das ações advêm de parcerias com o poder público, instituições privadas, contribuições dos associados, doações de pessoas físicas e jurídicas e realização de eventos beneficentes.

Após o término da parceria, continuaremos com os esforços de buscar novas parcerias que permitam a continuidade das atividades da Instituição, para que não sejam interrompidas.

6.9. Período de execução do objeto

Início: Dezembro/2024	Término: Novembro/2025
------------------------------	-------------------------------

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Meta 1: Continuidade da Oferta do serviço de Acolhimento Institucional para 70 idosos atendidos pela AVEDALMA, pelo período de vigência da parceria.	VALOR (R\$):		
Indicador(es): <ul style="list-style-type: none">○ Nº de idosos atendidos no Serviço de Acolhimento, comprovados por meio de listas de usuários;○ Grau de satisfação dos idosos, aferido através da pesquisa de satisfação;○ Atividades desenvolvidas no serviço, registradas em relatórios de atividades.			
Metodologia de execução: <p>O serviço será prestado diariamente, por equipe multiprofissional, composta por técnicos, administrativo e apoio.</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Acolhimento dos Usuários;✓ Planejamento e organização das atividades e ações;✓ Oferta diária do serviço, proporcionando bem-estar dos usuários;✓ Direcionamento dos usuários para os atendimentos, ações e atividades;✓ Organização no trabalho administrativo.✓ Elaboração de Relatório de Execução das Atividades, constando Registro Fotográfico dos produtos adquiridos, com a finalidade de apresentação na prestação de contas final junto à SETADES.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
1.1. Planejamento e organização da oferta do Serviço de Acolhimento	-	Dez/2024	Nov/2025
1.2. Oferta contínua dos atendimentos, atividades e ações do Serviço de Acolhimento	-	Dez/2024	Nov/2025



ABRIGO À VELHICE DESAMPARADA “AUTA LOUREIRO MACHADO”
Rua João Rodrigues Filho, nº 1408 – Sede Cariacica – CEP: 29156-035
TELEFONE: (27) 3254-1449 TELEFAX: (27) 3254-2777
E-MAIL: avedalma1960@gmail.com

1.3. Pesquisa de Satisfação dos Usuários	-	Dez/2024	Nov/2025
1.4. Elaboração de Relatório de Execução das Atividades do Serviço de Acolhimento Institucional	-	Dez/2024	Nov/2025

Meta 2: Aquisição de material de consumo - alimentos, para complemento da oferta de refeições aos idosos atendidos pelo AVEDALMA, pelo período de vigência da parceria.	Valor (R\$): 60.015,41
--	-------------------------------

Indicador(es):

- Nível de satisfação dos usuários quanto as refeições/lanches servidos, aferido por meio de pesquisa.
- Notas fiscais e comprovantes de pagamentos dos itens adquiridos.
- Preparo e/ou consumo das refeições, demonstrado por meio de relatório fotográfico.

Metodologia de execução:

- Será feita a cotação de preços, com a identificação da melhor proposta e dos fornecedores elegíveis com a efetuação da compra dos materiais de consumo de gênero alimentício.
- Armazenamento dos alimentos em local apropriado, conforme as normas de segurança alimentar e nutricional.
- Serão elaborados cardápios mensais pela nutricionista.
- Utilização dos gêneros alimentícios complementares na elaboração das refeições pelas cozinheiras do Serviço de Acolhimento sob a orientação da nutricionista.
- A nutricionista elaborará instrumento de avaliação para apurar o nível de satisfação dos usuários quanto as refeições/lanches servidos;
- A nutricionista ficará responsável em elaborar Relatório Mensal de Monitoramento das Atividades Nutricionais, prestando informações quanto aos alimentos complementares adquiridos pela parceria com a Setades, às doações alimentares recebidas, aos cardápios executados, ao número de idosos alimentados/dia, ao nº de refeições distribuídas/dia; e o resultado parcial da pesquisa de satisfação realizada com os usuários quanto aos lanches/refeições servidos.

Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
2.1. Cotação de Preços	--	Dez/2024	Nov/2025
2.2. Aquisição de material de consumo-gênero alimentício (complementar) ao cardápio nutricional	60.015,41	Dez/2024	Nov/2025
2.3. Armazenamento dos alimentos	--	Dez/2024	Nov/2025
2.4. Elaboração dos cardápios nutricionais	--	Dez/2024	Nov/2025
2.5. Execução dos cardápios nutricionais	--	Dez/2024	Nov/2025
2.6. Realização de Pesquisa de Satisfação dos usuários quanto as refeições/lanches servidos	--	Dez/2024	Nov/2025
2.7. Relatório Mensal de Monitoramento das Atividades Nutricionais	--	Dez/2024	Nov/2025



ABRIGO À VELHICE DESAMPARADA "AUTA LOUREIRO MACHADO"
Rua João Rodrigues Filho, nº 1408 – Sede Cariacica – CEP: 29156-035
TELEFONE: (27) 3254-1449 TELEFAX: (27) 3254-2777
E-MAIL: avedalma1960@gmail.com

8. PLANO DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
3.3.50.43	Material de consumo	60.000,00	15,41	60.015,41
	Serviços de terceiros – pessoa física	0,00	0,00	0,00
	Serviços de terceiros – pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00
	Equipe encarregada pela execução	0,00	0,00	0,00
4.4.50.42	Equipamentos e materiais permanentes	0,00	0,00	0,00
TOTAL		60.000,00	15,41	60.015,41

8.1 Detalhamento das despesas

8.1.1. Material de consumo (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Carne de Boi – Patinho	Kg	1110	32,77	36.374,70
Carne de Boi - Músculo	Kg	1003	23,57	23.640,71
Subtotal				60.015,41

8.1.2 Serviços de terceiros – pessoa física (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

8.1.3 Serviços de terceiros – pessoa jurídica (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

8.1.4 Equipe encarregada pela execução (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

8.1.5 Equipamentos e materiais permanentes (4.4.50.42)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				
TOTAL GERAL (8.1.1 + 8.1.2 + 8.1.3 + 8.1.4 + 8.1.5)				60.015,41



ABRIGO À VELHICE DESAMPARADA "AUTA LOUREIRO MACHADO"
Rua João Rodrigues Filho, nº 1408 – Sede Cariacica – CEP: 29156-035
TELEFONE: (27) 3254-1449 TELEFAX: (27) 3254-2777
E-MAIL: avedalma1960@gmail.com

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Dez/2024	Dez/2024	Fev/2025	Mar/2025	Abr/2025	Mai/2025
R\$ 60.000,00	-	-	-	-	-
Jun/2025	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025
-	-	-	-	-	-

APORTE(S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
Dez/2024	Dez/2024	Fev/2025	Mar/2025	Abr/2025	Mai/2025
R\$ 15,41	-	-	-	-	-
Jun/2025	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025
-	-	-	-	-	-

10. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil (OSC) proponente**, declaro, para fins de prova junto à **Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES)**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que:

- A OSC garante a gratuidade e a universalidade em todos os seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme artigo 6º, III, da Resolução nº14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social;
- A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;
- Se o termo de fomento tiver como um de seus objetos a compra de veículo, a OSC será responsável pelo custeio de seguro do respectivo bem;
- Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;
- Quando for proposta contrapartida, a OSC garante que os respectivos recursos, bens ou serviços indispensáveis a esta contrapartida estarão devidamente assegurados.

Nos termos em que pede e espera deferimento.

Em ___ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal



ABRIGO À VELHICE DESAMPARADA "AUTA LOUREIRO MACHADO"
Rua João Rodrigues Filho, nº 1408 – Sede Cariacica – CEP: 29156-035
TELEFONE: (27) 3254-1449 TELEFAX: (27) 3254-2777
E-MAIL: avedalma1960@gmail.com

11. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVA-SE O PLANO DE TRABALHO, O QUAL DEVE SER ANEXADO AO TERMO DE FOMENTO ASSINADO.

Vitória (ES) Em de de .

Assinatura do Representante Legal/Carimbo

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 16/12/2024 15:36:14 -03:00

JOÃO BATISTA BRAGANÇA
CIDADÃO
assinado em 16/12/2024 15:34:48 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 16/12/2024 15:36:14 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por GREGORE GOMES DE BARROS (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-V2GFCM>

Resumo do Termo de Fomento SETADES/111/2024

Processo nº.: 2024-3HHD1

Registro SIGEFES: 240727

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: AAOCA - Associação de Apoio e Orientação à Criança e ao Adolescente.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para continuidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 07 a 15 anos, ofertado pela AAOCA, por meio da realização de despesas custeio.

Valor: R\$ 54.996,28 (cinquenta e quatro mil novecentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos), proveniente da Emenda Parlamentar nº 0311, 0350, 0518, 1332, LOA 2024.

Vigência: à partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/03/2026.

Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191.2239.

Elemento de Despesa: 3.3.50.43

Fonte: 500

Gestor Titular: Carliza Pereira Pinto - N. F. 3371387

Gestor Suplente: Camila Nogueira Felsky - N.F. 3553280

Vitória, 16 de Dezembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1452705

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/111/2024

Processo nº.: 2024-3HHD1

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a AAOCA - Associação de Apoio e Orientação à Criança e ao Adolescente.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para continuidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 07 a 15 anos, ofertado pela AAOCA, por meio da realização de despesas custeio.

Valor: R\$ 54.996,28 (cinquenta e quatro mil novecentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos), proveniente da Emenda Parlamentar nº 0311, 035, 0518, 1332, LOA 2024.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 16 de dezembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1452707

Resumo do Termo de Fomento SETADES/146/2024

Processo nº.: 2024-WMWWF

Registro SIGEFES: 240795

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Instituto Espaço Vivência.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para potencializar as ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertado no Instituto Espaço Vivência, para atendimento às crianças e adolescentes, por meio de despesas de custeio e investimento.

Valor: R\$ 59.999,29 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos), proveniente das Emendas Parlamentares nº 1328 e 1409 LOA 2024 e R\$ 17,71 (dezessete reais e setenta e um centavos) de recursos próprios da OSC.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/11/2025.

Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191.2239.

Elemento de Despesa: 3.3.50.43 e 4.4.50.42

Fonte: 500

Gestor Titular: Paula de Oliveira Martins Lerbach - N. F. 3290883

Gestor Suplente: Camila Nogueira Felsky N. F. 3553280

Vitória, 16 de dezembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1453039

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/146/2024

Processo nº.: 2024- WMWWF

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e o Lar Irmã Scheilla.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para potencializar as ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertado no Instituto Espaço Vivência, para atendimento às crianças e adolescentes, por meio de despesas de custeio e investimento.

Valor: R\$ 59.999,29 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos), proveniente das Emendas Parlamentares nº 1328 e 1409 LOA 2024 e R\$ 17,71 (dezessete reais e setenta e um centavos) de recursos próprios da OSC.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 16 de dezembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1453044

Resumo do Termo de Fomento SETADES/119/2024

Processo nº.: 2024-1R0V7

Registro SIGEFES: 240790

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Abrigo à Velhice Desamparada Auta Loureiro Machado - AVEDALMA.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para continuidade da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para idosos, desenvolvido pelo AVEDALMA, por meio da aquisição de despesas de

custeio.

Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), proveniente das Emendas Parlamentares nº 0494 e 1307, LOA 2024 e R\$ 15,41 (quinze reais e quarenta e um centavos) de recursos próprios da OSC.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/11/2025.

Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191.2239.

Elemento de Despesa: 3.3.50.43

Fonte: 500

Gestor Titular: Carliza Pereira Pinto - N. F. 3371387.

Gestor Suplente: Márcia Carvalho Vieira - matrícula nº 3853349.

Vitória, 16 de dezembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1453049

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/119/2024

Processo nº.: 2024- 1R0V7

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e o Abrigo a Velhice Desamparada Auta Loureiro Machado -AVEDALMA.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para continuidade da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para idosos, desenvolvido pelo AVEDALMA, por meio da aquisição de despesas de custeio.

Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), proveniente das Emendas Parlamentares nº 0494 e 1307, LOA 2024 e R\$ 15,41 (quinze reais e quarenta e um centavos) de recursos próprios da OSC.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 16 de dezembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1453051

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG -

PORTARIA nº 056-R, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024.

Aprova a 35ª alteração de Quadro de Detalhamento de Despesa da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

O **SUBSECRETÁRIO DE ESTADO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, no uso da delegação de competência que lhe foi outorgada pela Portaria SEAG nº 017-S, de 20 de março de 2017, publicada no DOE de 22 de março de 2017, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 25 da Lei nº 11.867, de 20 de julho de 2023 e na Lei nº 12.024, de 29 de dezembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Proceder na forma dos Anexos I e II a esta Portaria a 35ª alteração do Quadro de Detalhamento de Despesa, publicado em conformidade com a Portaria SEP nº 001-R, de 03 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS LUIZ TESCH XAVIER

Subsecretário de Estado para Assuntos Administrativos

RESUMO 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO: 019/2022

PROCESSO: 2022-S2W58

CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES.

CONTRATADO: BANESTES SA BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ: 28.127.603/0001-78

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 26/12/2024.

Vitória, 16 de dezembro de 2024.

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO

Secretária de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES

Protocolo 1452877

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT -

PORTARIA Nº 097-S, 16 de dezembro de 2024

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA**, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º DESIGNAR, a servidora **LETICIA SCHUWARTZ DEPS** para responder pelo cargo de Gerência de Economia Criativa - GECRIA, desta Secretaria de Estado da Cultura, no período de 16/12/2024 a 31/12/2024, por ocasião das Férias do Titular.

Vitória, 16 de dezembro de 2024

Fabricio Noronha Fernandes

Secretário de Estado da Cultura

Protocolo 1453013

Resumo do Termo de Apostilamento nº 01 do Termo de Colaboração nº 005/2024

Processo nº 2023-GW7FD

Concedente: Secretaria de Estado da Cultura

OSC: Instituto Brasil de Cultura e Arte - IBCA.

Objeto: Adequa cronograma de valores sem a alterar metas e valor global do Termo de Colaboração nº 005/2024.

Permanece válidas e inalteradas as cláusulas não expressamente modificadas por este Instrumento.

Vitória, 16 de dezembro de 2024.

Fabricio Noronha Fernandes

Secretário de Estado da Cultura

Protocolo 1452714



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 17/12/2024 17:05:40 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por GREGORE GOMES DE BARROS (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-4SZNS3>